

Santos mira regularização de cargos

Prefeitura atende pedido do Ministério Público e deve enviar projeto de lei à Câmara para resolver contratações irregulares em até 60 dias

PALAVRA DO EDITOR

Além dos problemas apontados pelo Ministério Público, que não vêm de hoje na Prefeitura, chama atenção o excesso de cargos comissionados na Administração Municipal. Ao menos a promessa é de uma rápida solução.

MAURÍCIO MARTINS

DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Santos vai enviar à Câmara, em até 60 dias, um projeto de lei complementar (PLC) com o objetivo de regularizar contratações em cargos comissionados e nas funções de confiança criadas pela Lei Complementar Municipal 667/2009. São 312 cargos em comissão e 916 funções gratificadas, totalizando 1.228 contratações nessa situação, o que representa 11% dos 11.201 servidores.

A decisão atende a uma recomendação do Ministério Público Estadual (MPE), feita na última quinta-feira por meio dos promotores de Justiça Carlos Alberto Carmello Junior e Landolfo Andrade de Souza, da Promotoria do Patrimônio Público e Social de Santos. Em 21 inquéritos civis, os promotores mapearam a situação administrativa da Prefeitura, constatando ilegalidades.

A Administração Municipal afirma que "está adotando as providências necessárias para sanar as eventuais



Promotoria do Patrimônio Público e Social de Santos recebeu denúncias de moradores sobre irregularidades em cargos na Prefeitura de Santos

irregularidades existentes na estrutura administrativa". Diz, ainda, que sempre que há necessidade de servidores para o desempenho de funções técnicas e administrativas, realiza concursos públicos.

DETALHES DAS IRREGULARIDADES

De acordo com o MPE, a ausência de descrição em lei das atribuições dos cargos comissionados e das funções de confiança, por si só, já representa uma inconstitucionalidade – por

isso, é necessária uma lei complementar.

Além disso, foram atribuí-

das a muitos deles atividades de natureza técnica e burocrática, que não exi-

QUANTIDADE

1.228

cargos estão irregulares

o total representa quase 11% dos 11.201 servidores públicos de Santos. Essas funções foram criadas por lei em 2009.

gem vínculo especial de confiança, tampouco justificam o regime de livre nomeação e exoneração. O total desses cargos também é considerado excessivo.

Segundo o promotor Carlos Alberto Carmello Junior, ao longo dos anos, as duas promotorias do Patrimônio Público receberam representações de diversos moradores de Santos informando a respeito de irregularidades no exercício de cargos em comissão nas secretarias.

"Tratávamos essas questões pontualmente. Em casos que configuravam ilegalidade, expedíamos recomendações para que os cargos fossem extintos. Como recebemos muitas representações, fizemos um mapeamento e hoje temos uma radiografia detalhada dos cargos em comissão, em todas as secretarias, e as ilegalidades que existem".

RESPOSTA POSITIVA

O representante do MPE afirma a Prefeitura se mostrou sensível à recomendação no sentido de regularizar a situação.

"Quero acreditar que o Município esteja num processo avanço de formatar um projeto para reformulação desses cargos em situação de irregularidades. Eles foram criados em 2009 de forma irregular, porque não se atribuiu a eles as tarefas correspondentes".

Se a Prefeitura não cumprir o prazo, a Promotoria fará uma representação por inconstitucionalidade à Procuradoria-Geral de Justiça para que ingresse com uma ação judicial "para que esses cargos sejam declarados inconstitucionais", afirma Carmello.

"Com isso, haverá necessidade de o Município editar uma nova lei contemplando cargos em sintonia com a Constituição", conclui o promotor.



Custeio da Educação aumenta 112%

■■■ A expansão da rede municipal de ensino público neste período de criação da região metropolitana provocou o crescimento médio regional real das despesas em 112,75%.

Como o aumento populacional regional apurado neste período registrou índices variáveis de uma cidade para outra, com a reorganização do espaço urbano, o custeio do ensino também teve taxas diferenciadas, de acordo com o aumento de rede escolar.

O maior índice de aumento do financiamento da educação foi apurado em Praia Grande, com a taxa de 282,24%, fato que decorre da ampliação de 45.104 matrículas municipais, entre 1998 e 2020.

A segunda maior expansão foi apurada em Itanhaém (253,07%), onde houve um aumento de 17.241 matrículas municipalizadas, seguida de São Vicente (231,84%), que acusou uma ampliação de 25.810 matrículas na rede de ensino municipal.

O menor índice de aumento real do custeio da educação, entre 1998 e 2020, foi apurado em Cubatão, com a taxa de 2,68%, localidade em que as matrículas municipais cresceram em 4.544 alunos.

Este cenário é explicável pelo fato de Cubatão ser o único município da região que apura uma receita negativa na divisão dos recursos do Fundeb. Com uma recei-

ta elevada de ICMS e uma rede escolar municipal de apenas 15.903 alunos (proporcional à população local), Cubatão transfere anualmente para o Fundeb mais recursos do que recebe deste fundo.

MUDANÇA OPORTUNA

De uma forma geral, a região metropolitana ampliou o financiamento da educação, em valores reais, em R\$ 1,145 bilhão, entre 1998 e 2020.

As mudanças na legislação do financiamento do ensino público ocorreram exatamente no momento de ampla expansão populacional na região, evitando sérios transtornos aos municípios no custeio da Educação Básica.

Fundeb financia 30% do ciclo básico na região

■■■ Com a nova configuração da rede municipal de Educação Básica, os municípios da Baixada Santista obtêm saldo anual positivo de receitas do Fundeb.

Em 2020, por exemplo, entre os valores retidos e recebidos da cesta de impostos que compõem o Fundeb (20% do ICMS, FPM, FPE, IPI/Exportação, Compensação da LC 87/96, IPVA, ITCM e ITR), as nove cidades acusaram saldo positivo de R\$ 649 milhões. Essa importância correspondeu a 30,03%, na média regional, do total dos dispêndios globais da educação, que totalizaram R\$ 2,161 bilhões em idêntico período.



Cubatão não utilizou recursos do Fundeb para financiar a educação municipal, apurando saldo negativo

A maior parcela do financiamento do Fundeb no contexto da educação foi apurada em Itanhaém, com o índice de 51,11%, onde o saldo favorável foi de R\$ 70,8 milhões.

Por exibir uma ampla rede municipalizada, Praia Grande financiou sua despesa em educação com 46,53% provindos do Fundeb, com um saldo positivo de R\$ 202,2 milhões.

Cenário semelhante ocorreu em São Vicente, com um índice de 46,32%, e um saldo positivo de R\$ 142,2 milhões. Cubatão não utilizou recursos do Fundeb no financiamento da educação municipal, apurando um saldo negativo, e, em Santos, este financiamento serviu para custear apenas 13,78% das despesas totais do ensino.

Punição a quem não se vacina é legal

Para entidades e advogadas, decretos como o da Prefeitura de SV a servidores têm amparo em Lei Federal

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Entidades e advogadas trabalhistas consultadas por A Tribuna entendem que não há arbitrariedade no fato de algumas prefeituras, como São Vicente e São Paulo, obrigarem os servidores públicos a tomar a vacina contra a covid-19. Até o momento, na região, o Município é o único a adotar essa postura. As prefeituras de Guarujá e Peruibe dizem estudar medidas referentes a essa questão.

Por sua vez, Itanhaém explicou que servidores do grupo de risco que optaram pela não imunização já tiveram de retornar ao trabalho presencial e assinar um termo de responsabilidade, assumindo os riscos.

Segundo o Ministério Público do Trabalho de São Paulo (MPT), as administrações municipais podem publicar decretos com respeito disso e estabelecendo penalidades, seguindo o Estatuto dos Funcionários Públicos.

A jurista Fabiana Prado Pires de Oliveira entende que é possível a exigência de imunização para servidores municipais, pois essa medida se encontra devidamente respaldada pela Lei Federal 13.979/2020. Essa legislação trata das medidas pa-



Vacinação contra covid-19 passou a ser obrigatória para os servidores públicos que atuam em São Vicente

MÉDIA MÓVEL

A média móvel de mortes por covid-19 em Santos aumentou 31,58% nos últimos 14 dias. Com relação aos novos casos, a queda foi de 30%. "Fechamos a semana com uma média de óbitos na casa dos 3,6 diários, mantendo um nível confortável, e com uma média de novos casos diários de 42, abaixo das últimas semanas", avalia o economista Mario Esteves.

ra enfrentamento da emergência de saúde decorrente da covid-19 e estabelece que as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, de forma compulsória, a "vacinação e outras medidas profiláticas".

"As normas respaldam a vacinação compulsória e não apontam para o sucesso daqueles que pretendem buscar o Judiciário, visando à decisão no sentido de

ser desobrigado da imunização", afirmou ela, que é integrante do escritório Wilson de Oliveira e Ricardo Fabiani de Oliveira Advocacia.

EMPRESAS PRIVADAS

O MPT informou que trabalhadores de empresas privadas podem ser demitidos por justa causa, caso se recusem a ser protegidos com a vacina. Esse deve ser o último recurso a ser tomado,

PACTO SOCIAL

"Além do respaldo normativo, é necessário compreender a vacinação contra a covid-19 como um pacto social e o Poder Judiciário não se mostra tendente a proferir decisão de cunho inversamente pedagógico"

Fabiana Prado Pires de Oliveira
Advogada trabalhista

caso o empregado insista em não tomá-la, mesmo após todos os alertas.

Conforme Fabiana, o contratante, ao exigir a comprovação da vacinação, está respaldado pela Constituição e pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que estabelecem o dever do empregador de conceder condições dignas ao trabalhador, zelando por um ambiente seguro, o que envolve a proteção à saúde.

"O Supremo Tribunal Federal decidiu recentemente sobre a validade da vacinação obrigatória, que é diferente da vacinação compulsória, porque a não obediência vai acarretar algumas implicações na vida da pessoa, como já acontece hoje", justificou a advogada Karolen Gualda Beber.



EM 24 HORAS, 10 MORTES NA BAIXADA

	CASOS	MORTES	VACINAS						2ª DOSE	
			1ª DOSE	% DA POP.	2ª DOSE	% DA POP.	ÚNICA	% DA POP.	DOSE ÚNICA	% DA POP.
BERTIOGA	5.872	161	44.651	69,0	17.533	27,1	1.817	2,8	19.350	29,9
CUBATÃO	15.338	497	77.244	58,7	28.588	21,7	3.245	2,5	31.833	24,2
GUARUJÁ	26.076	1.229	207.269	64,2	74.402	23,1	8.139	2,5	82.541	25,6
ITANHAÉM	6.946	290	78.079	75,7	36.694	35,6	2.117	2,1	38.811	37,6
MONGAGUÁ	5.156	125	39.008	67,7	18.532	32,1	1.179	2,0	19.711	34,2
PERUÍBE	7.812	225	46.210	67,0	21.837	31,6	1.250	1,8	23.087	33,5
PRAIA GRANDE	26.539	1.018	227.156	68,7	111.185	33,6	7.968	2,4	119.153	36,0
SANTOS	50.459	2.051	336.962	77,7	175.902	40,6	7.949	1,8	183.851	42,4
SÃO VICENTE	19.922	1.207	238.391	64,7	95.505	25,9	7.576	2,1	103.081	28,0
TOTAL	164.120	6.803	1.294.970	68,8	580.178	30,8	41.240	2,2	621.418	33,0

Dados atualizados ontem, às 18h02. Obs.: O imunizante de dose única disponível no País é o da Janssen

Baixada Santista

CASOS SUSPEITOS: **4.250**
MORTES SUSPEITAS: **159**
CASOS RECUPERADOS: **140.645**

TOTAL DE DOSES APLICADAS: **1.916.388**

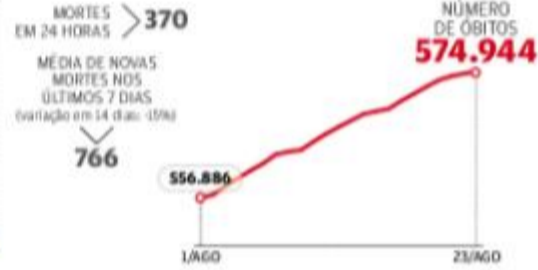


São Paulo

CASOS CONFIRMADOS: **4.214.553**
TOTAL DE ÓBITOS: **144.243**
TOTAL DE DOSES APLICADAS: **48.496.545**

Brasil

CASOS CONFIRMADOS: **20.583.286**
CASOS RECUPERADOS: **19.479.947**
TOTAL DE DOSES APLICADAS: **179.285.051**



Fontes: Consórcio de imprensa, prefeituras da Baixada Santista, gisandata.maps.arcgis.com, covid.saude.gov.br e Vacinômetro. INFOGRAFIA MONICA SOBRAL/AT

Casos em Santos



Óbitos em Santos



Fontes: Secretaria Municipal de Saúde de Santos/Mário Esteves. *A média móvel se obtém pela soma do número de mortes dos últimos 7 dias dividida por 7



Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Fazendinha entra no foco da Câmara de São Vicente

A Câmara de São Vicente aprovou, por unanimidade, o projeto de resolução que trata da constituição de uma Comissão Especial de Vereadores (CEV) para acompanhar a possibilidade de regularização fundiária da Fazendinha, localizada na Área Continental. A proposta partiu do parlamentar Joseval Rodrigues Bezerra, o Jabá (PL). Para o autor, a Prefeitura deve ter um olhar especial para essa comunidade, que possui, segundo o legislador, cerca de 10 mil famílias. "Precisamos enfrentar esse problema, que é a ocupação daquela área. As pessoas que estão ali precisam ter acesso à água potável, saneamento básico e energia. Elas precisam ter dignidade. O poder público deve agir e nada melhor do que esta Casa para tratarmos dessa questão", afirmou. Jabá explicou que, nos próximos dias, ele e os secretários municipais de Habitação e de Projetos Especiais, Camila Oliveira e Aleksandro Ferreira, respectivamente, terão uma reunião com lideranças da Fazendinha.

Vínculo mantido

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário de Guarujá renovou por um ano o contrato firmado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para a gestão e operação do Aeroporto Civil Metropolitano.

Reajuste

O montante recebido pela empresa federal sofreu correção de 8,05% (índice de inflação calculada pelo IPCA). A Prefeitura pagará a quantia mensal de R\$ 224.638,21.

Amigo da bicicleta

O Legislativo de Praia Grande analisará na sessão de hoje, em segundo turno, o projeto de lei que institui o Programa Vou de Bike e que concede o Selo Empresa Amiga do Ciclista.

Nova cultura

Essa iniciativa, de autoria do vereador Marcos Rogério Câmara (MDB), tem a finalidade de incentivar o uso da bicicleta como meio de transporte e a criação de toda uma estrutura na Cidade para atender adequadamente os ciclistas.

Operação inédita

A Prefeitura de Santos firmou um convênio com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), com validade até o final do ano, no valor de R\$ 4 milhões, para impedir o aumento da tarifa do transporte coletivo municipal aos usuários. É a primeira vez que a Administração Municipal utiliza esse mecanismo previsto em lei desde 2015.

Alívio

Esse valor é referente ao subsídio financeiro da Cidade à empresa municipal e busca assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado com a Viação Piracicabana, a permissionária desse serviço público.

DIVULGAÇÃO



Na alta cúpula

O ex-vereador de Santos Braz Antunes Mattos Neto (PSDB - foto) assumiu ontem, em caráter temporário, o comando da Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Economia Criativa e Turismo.

Passagem temporária

Primeiro suplente da legenda na Câmara, ele tem se destacado como secretário adjunto e estará à frente dessa pasta até o dia 1º do próximo mês, durante o período de férias da titular, Selley Storino.

Debate regional

Presidente da Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa, o deputado estadual Rafa Zimbaldi (PL) apresentou o projeto de resolução para determinar que sejam realizadas audiências públicas nas cidades onde serão construídas novas praças de pedágio.

Sem surpresas

"Essa proposta é importante para ampliarmos o diálogo com os municípios de uma determinada cidade ou região que receberão novas praças de pedágio", frisou.

Dia de festa

Sob a presidência de Arnaldo Biloti, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos e Região completa hoje 98 anos de existência.

Litoral de SP bate recorde de baleias jubartes encalhadas

Uma das possibilidades para isso é a diminuição de krill, fonte de alimento dos animais

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

A pouco mais de quatro meses para o final do ano, o Litoral Paulista registrou, em 2021, o recorde de encalhes de baleias jubartes. Os 37 casos identificados no Estado até agosto superam os 26 contabilizados ao longo de 2016, conforme o Instituto Baleia Jubarte. Esse fenômeno também ocorreu de forma intensa no Brasil. Neste ano, foram identificados 133 animais no País, contra 122, em 2017.

Desde junho, cinco espécies desse tipo foram encontradas encalhadas nas praias da Baixada Santista (duas em Santos, duas em Guarujá e uma em Bertioga), segundo o Instituto Gremar. A última delas semana retrasada, na Praia do Gonzaga, em Santos.

O médico veterinário e coordenador de pesquisas do Instituto Baleia Jubarte, Milton Marcondes, explicou que, além desse pico de mortalidade, foi observada neste ano uma distribuição dos encalhes fora do padrão.

"Normalmente, eles ocorrem na Bahia e no Espírito Santo, onde temos o Banco dos Abrolhos, e o pico (de encalhes) acontece em agosto, mas, em 2021, eles começaram muito cedo, a partir de abril, concentrados principalmente em Santa Catarina e em São Paulo", disse.

O especialista destacou que uma das razões para esse fenômeno é o aumento de números de baleias jubarte no País: eram 3.500, em 2002, e hoje são mais 20 mil. Por esse motivo, Milton entende que é comum ter animais que morrem por causas naturais, como doenças, ação de predadores e filhotes que se separam da mãe, e ações antrópicas, ou seja,



ALEXSANDER FERRAZ - 13/8/21

A população pode acessar apps gratuitos, como o Whale Alert, para saber onde baleias foram avistadas

DEBATE NA CÂMARA

Na última sexta, o presidente da Comissão Especial de Vereadores (CEV) sobre Pesca Sustentável da Câmara de Santos, Marcos Libório (PSB), realizou audiência pública para discutir os encalhes de baleias jubarte na Baía de Santos. O comandante da unidade especializada da Polícia Ambiental, o capitão PM Fernando Burgos, trouxe um dado que chamou a atenção: no primeiro semestre deste ano, foram recolhidos no Litoral Paulista mais de 50 quilômetros de redes no mar. Ao longo de 2020, foram apreendidos 45 quilômetros. Os participantes destacaram a necessidade de comunicação adequada à população sobre como se comportar ao avistar esses animais próximo à costa. "Assim, a gente percebe a importância de termos informações concretas e o tamanho da necessidade de investimento, monitoramento e pesquisas para adotarmos políticas públicas eficientes".

por problemas causadas pelo ser humano.

"A maioria desses encalhes é de animais juvenis, que estão no primeiro ano de vida e que estão entre quatro e cinco anos, que possuem de 7 a 10,5 metros de comprimento", citou.

CAUSAS

Uma hipótese para esse fenômeno apontada por Marcondes e pelo coordenador do curso de Ciências Biológicas da Universidade San-

ta Cecília (Unisantia), Jorge Luis dos Santos, é a diminuição de krill (tipo de crustáceo muito parecido com o camarão, que é a principal fonte de alimento das baleias jubartes) neste ano.

"Por conta de toda a modificação ambiental dos últimos anos, existe a possibilidade que a abundância desse crustáceo ter diminuído a ponto de elas não estarem com as reservas energéticas suficientes para cumprir toda essa jornada que

acontece anualmente", explicou o docente.

Esses animais habitam, principalmente, o lado oeste do Oceano Atlântico Sul, alimentando-se na região antártica ao longo do verão. Já durante o inverno e a primavera, eles se reproduzem pela costa Nordeste e Sudeste do Brasil.

Conforme o biólogo marinho Eric Cormin, a maior mortalidade pode estar relacionada ao aumento do número de animais na costa do nosso País e a Baixada Santista faz parte dessa rota migratória. "Algumas ações antrópicas afetam os animais, como as redes de pesca, pois eles ficam presos, e a grande quantidade de lixo no mar".

Por conta da diminuição de krill, os especialistas apontaram que as baleias jubartes mais novas estão ficando mais para as faixas litorâneas de São Paulo e de Santa Catarina e chegando às águas rasas em busca de alimentos.

Santos vacina 1.843 portuários

DA REDAÇÃO

No primeiro dia em que os trabalhadores do Porto de Santos puderam completar a imunização contra a covid-19, um total de 1.843 portuários garantiram suas doses. A vacinação continua hoje e amanhã, no Santos Convention Center, na Ponta da Praia.

O local ficará reservado para os portuários das 9 às 15 horas. Hoje, devem comparecer ao local quem recebeu a primeira dose entre os dias 3 e 4 de junho. Amanhã é a vez dos portuários que receberam a primeira dose entre os dias 5 e 10 de junho.

Cerca de 12 mil portuários deverão tomar a segunda dose da vacina. Os imu-

nizantes chegaram a Santos na semana passada e a Prefeitura destinou um espaço especialmente para esses trabalhadores. Basta ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, e levar o comprovante da primeira dose, documento com foto e comprovante de residência.

Foi o que fez o portuário Celso Marcelo Carlos dos Santos. Após contrair covid-19 há quase um ano, a preocupação de completar a imunização era ainda maior. "A gente fica mais tranquilo. Mas, não pode relaxar. Vai saber, né? A gente não sabe realmente o que é a covid, quantas vezes pode

pegar. Aqui em casa, continuamos com álcool e máscara sempre", afirmou o trabalhador que atua na Ageo Terminais, na Margem Esquerda, na Ilha Barnabé. "Lá também a maioria pegou. Trabalho com caminhoneiros, que são um pessoal que não fez isolamento, mas lá todo mundo faz os cuidados direitinho".

O portuário Marcos Gallotti Santana havia tomado a primeira dose no dia 2 de junho e ontem foi completar sua imunização. "Estava preocupado porque nossa categoria é linha de frente no trabalho". Ele comemora o fato de, em sua família, ninguém ter contraído a covid-19.



Atendimento dos trabalhadores do Porto é feito no Santos Convention Center, na Ponta da Praia

AINDA DÁ TEMPO

Como a aplicação da primeira dose do imunizante de Oxford/AstraZeneca foi escalonada, as datas em que os trabalhadores deverão to-

mar a segunda são variadas. Em alguns casos, a vacinação deverá ser apenas no início do próximo mês.

De acordo com a Secretaria de Saúde, o portuário

que não puder se vacinar até amanhã, pode procurar, a partir de quinta-feira, qualquer local de Santos que esteja oferecendo o imunizante.



CONTRA PUNTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



DIVULGAÇÃO CMS

Atenção. A vereadora Audrey Kleys (Progressistas) está cobrando do secretário de Saúde do Estado, Jean Carlo Gorinchteyn, e do secretário de Saúde de Santos, Adriano Catapreta, atenção para os pacientes de câncer que, diante do cenário caótico e penalizante da pandemia de coronavírus, estão sofrendo com a restrição de leitos.

Operações. A parlamentar lembra que a situação está comprometendo a realização de operações importantes para a manutenção da saúde de muitos pacientes oncológicos. “É preciso contratar mais profissionais de saúde, para atenção especializada e diminuição da demanda reprimida em relação a consultas, exames, procedimentos de rádio e quimioterapia, bem como as cirurgias na Baixada Santista, assim como ocorreu com o novo coronavírus”, afirma.

Queda. Audrey afirma que, segundo a Associação Nacional de Hospitais Privados, os exames e consultas eletivas previstos para 2020 registraram uma queda de 32%. Isso também se relaciona à queda das cirurgias, pois em um procedimento não emergencial são feitos mais exames e consultas de preparação pré-operatória.

Recomendações. “Tivemos uma queda muito grande mesmo na quantidade de procedimentos cirúrgicos eletivos. Depois das entidades sanitárias terem mudado as recomendações (voltaram a recomendar a realização de cirurgia) e os hospitais terem adaptado o fluxo de trabalho, está acontecendo uma retomada desses procedimentos, contudo, essa retomada deve ser acelerada”, finaliza a vereadora.

Inclusão. Em São Vicente, a Câmara discute como o município pode criar políticas públicas de inclusão, mas quer saber quem são, quantos são, onde vivem e como vivem as pessoas com deficiência. Para isso, uma reunião foi realizada com mães, vereadores, secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, para criar o Censo Inclusão em São Vicente.

A velha pauta. A Câmara de Santos aprovou moção de apoio ao projeto do túnel imerso como a melhor alternativa para a ligação seca entre Santos e Guarujá. O documento foi apresentado pelo vereador Marcos Libório (PSB). “Precisamos de uma ligação que caracterize uma conexão metropolitana com baixo dano ambiental. A proposta, se viabilizada, trará qualidade de vida, desenvolvimento econômico, modernidade, valorização para a nossa região e inovação, já que será o primeiro do Brasil com integração de diversos modais” disse o parlamentar.